

Juventudes das Cidades

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-RIO)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Jorge Luiz Barbosa
Ilaina Damasceno
Organizadores

Juventudes das Cidades

LETRCAPITAL

Copyright © Jorge Luiz Barbosa e Ilaina Damasceno (Orgs.), 2020

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Luiz Guimarães
Foto: Ubirajara Carvalho

PROJETO GRÁFICO/EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Dos autores

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

J98

Juventudes das cidades/organização Jorge Luiz Barbosa, Ilaina Damasceno. - 1. ed.
- Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

140 p. ; 15,5x23cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-87594-05-7

1. Juventude - Aspectos sociais. 2. Jovens - Condições sociais. I. Barbosa, Jorge Luiz.
II. Damasceno, Ilaina.

20-65049

CDD: 305.23

CDU: 316.346.2-053.6

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

Sumário

Apresentação	7
Territórios e territorialidades em ciberculturas dos rolés: narrativas e práticas de compartilhamentos de corporeidades estético-políticas.....	9
<i>Jorge Luiz Barbosa</i> <i>Eliane Costa</i>	
Jovens de favelas, categoria em disputa política	31
Mario Pires Simão	
Formas de enfrentamento contra o genocídio da juventude negra: alguns apontamentos	52
<i>Denílson Araújo de Oliveira</i>	
O imperativo do gozo em um mundo de incertezas: ser jovem em um conjunto habitacional periférico.....	79
<i>Clarice Cassab</i>	
Estéticas de atitude na reinvenção do espaço público em Fortaleza - CE.....	99
<i>Ilaina Damasceno</i>	
Políticas habitacionais e juventude: incursões sobre a morada dos jovens pobres na cidade.....	120
<i>Juliana Thimóteo Nazareno Mendes</i>	
Sobre os autores.....	138

Apresentação

A juventude como sujeito social e categoria analítica vem ganhando posição relevante entre os temas atuais de pesquisa acadêmica. Essa cena onde os jovens são apresentados - e também se apresentam - possui uma imensa riqueza de temas, metodologias e ações a expressar rostos, vozes e corpos nos estudos empreendidos por diferentes autores.

A primeira questão a ser definida sobre a juventude é que esta não deve ser tratada em esquemas taxinômicos ou tipologias com tendências a classificações homogeneizantes. A juventude não é uma entidade cronológica disponível para estatísticas ou mesmo para definir comportamentos sociais. A juventude também não deve ser reduzida a representações estetizadas em imagens românticas, publicitárias ou de estados de espírito, geralmente, referenciadas em grupos de consumo. E muito menos ordenada em um quadro destinado ao futuro, como uma espécie de transição para alcançar a maturidade social. Precisamos superar essas representações hegemônicas para falar com alguma riqueza a respeito da juventude. Isto porque tais representações pretensamente científicas e/ou midiáticas interferem diretamente no modo que tratamos os jovens. É seguro afirmar, inclusive, que elas se fazem presentes na formulação (e na execução) de políticas públicas, fazendo da juventude um mero objeto de intervenção do Estado, assim como também assaltam e dirigem o cotidiano das nossas relações de sociabilidade com os jovens.

A juventude é, ao nosso ver, um momento de encontros, de experiências e de conflitos muito particulares. Estes vão marcar a construção individual e coletiva das pessoas no fazer-se como seres autônomos e coletivos na cidade. Essa concepção de juventude significa reconhecê-la em sua pluralidade, buscando superar os esquemas estereotipados e classificações ordinárias com tendência homogeneizadoras. Embora, do ponto de vista metodológico, construir tipologias possa nos ajudar a compreender a juventude,

estas não podem sacrificar sua pluralidade, mas sim se tornar um atributo de seu reconhecimento social, político e cultural.

O título do presente livro é, por demais importante, uma vez que assinala a juventude no plural em relação a espaço particular de sua existência, a cidade. Permitindo-nos identificar um campo de práticas sociais, de conhecimento de sujeitos na apresentação de suas vidas e de afirmação em campo de pertencimentos sociopolíticos. Portanto, não é sem motivo que a cidade é convocada para o debate de reconhecimento das juventudes.

As juventudes são também uma construção socioespacial. Traduzir a juventude como uma construção social plural implica considerar suas falas, seus gestos, suas ações, seus pertencimentos, seus modos de interação que se revelam na apropriação e no uso do espaço, particularmente o urbano.

A juventude como ser na/da polis produz as espacialidades de suas existências sob condições desiguais e em diferentes marcações de ser e estar na cidade. É esse o desafio que os textos reunidos nesta coletânea buscam responder reflexivamente. Seu recurso? Convidar a juventude para a cena urbana em suas expressões políticas, econômicas e culturais. Portanto, uma juventude plena em corporeidades de ações, situações e projeções do seu ser-no-mundo.

Os organizadores

Territórios e territorialidades em ciberculturas dos rolés: narrativas e práticas de compartilhamentos de corporeidades estético-políticas¹

Jorge Luiz Barbosa
Eliane Costa

Introdução

O debate contemporâneo sobre a relação juventude, território e cultura vem trazendo provocações significativas: primeiro, no modo de localizar criativamente sujeitos sociais e conceitos analíticos como experiências socialmente construídas e, em segundo, na apresentação de formas e processos sensíveis de múltiplas existências no contemporâneo. Dito em outras palavras, o renovado debate sobre a relação juventude e território exige observar as cartografias dos saberes e fazeres de sujeitos no movimento de realização de si e na afirmação de suas diferenças socioculturais.

As questões enunciadas ganham maior complexidade quando se incorpora à discussão proposta a cena da cibercultura, uma vez que implica o diálogo inovador entre território e as práticas culturais dos sujeitos sociais. É de se esperar que a compreensão do ciberespaço, dimensão ubíqua da vida contemporânea, e não exclusivamente como dispositivo midiático, mas como espaço socialmente construído, venha agregar novas provocações ao conceito de território em suas relações com a cultura.

A cibercultura se inscreve em distintas práticas sociais e estéticas, inaugurando formatos, linguagens e possibilidades diversas de apropriação material e simbólica do espaço-tempo. Seus pressupostos ampliaram atos de expressão sociocultural e desenharam horizontes outrora impensáveis de compartilhamento

¹ Uma versão desse capítulo foi publicada na forma de artigo na Revista Z do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ (ANO XI, N. 1, 2016).

de subjetividades, de afirmação de diversidades e de mobilidade de autorepresentações.

Tem sido central nesse cenário em construção, a comunicação horizontal e “de muitos para muitos” para mobilizar a invenção de estratégias originais de manifestação de presença, sobretudo no âmbito da disputa do imaginário da cidade. No contexto contemporâneo das múltiplas conexões potencializadas pelas tecnologias digitais móveis, os uploads de narrativas não hegemônicas e sua circulação no ciberespaço passam a assumir a qualidade de experiências de criação, afirmação e compartilhamento de territorialidades urbanas em possibilidades plurais de realização.

Neste capítulo, colocamos em debate os rolés: encontros reunindo jovens de favelas e periferias urbanas em praças, postos de gasolina, estacionamentos de supermercados e, mais recentemente, em shopping centers, criando eventos gestados e convocados por meio de Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp etc.

A prática dos rolés é aqui analisada em suas qualidades de invenção e de vivência em territorialidades de encontro e celebração mediadas por ambiências da cibercultura. Portanto, se configurando como um ato de enfrentamento às invisibilidades e às interdições socioespaciais de juventudes de territórios populares.

O território na perspectiva da comunicação de estilos de existência

O território é uma experiência prático-sensível que responde, em uma primeira mirada, às necessidades objetivas de existência da sociedade. O território pode ser concebido como um recurso sustentado por relações sociais que nos oferece a condição fundamental para vida material em conjunto. Todavia, como informam Bonnemaison & Cambrèze (1996), o território é também domínio de valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos por meio dos quais inventamos nossos abrigos do ser-no-mundo.

Milton Santos (2002) oferece a possibilidade de compreender o território como aquilo que nos pertence. E, como espaço demarcado da história humana, o território é também o recorte

de mundo ao qual pertencemos como experiência real e concreta das relações em que estamos imersos:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (SANTOS, 2002, p.13).

Marcamos, guardamos e habitamos um território, mesmo que suas fronteiras sejam difusas e voláteis. Afinal, como recurso e abrigo das relações humanas, o território não é estático ou impermeável às transformações econômicas, técnicas, políticas e culturais da sociedade. O processo dinâmico e complexo de configuração do território, embora próprio aos sujeitos em ação, nos remete a acontecimentos que reúnem o perto e o longe, configurando uma encruzilhada de encontros. Então, podemos afirmar que a existência em sociedade, em suas diferentes faces, é sempre uma coexistência, inclusive fazendo presente aquilo que consideramos ausente, ou não imediatamente visível.

Abre-se, portanto, a possibilidade para pensar a relação cultura e território de modo abrangente e plural, tendo como referência as práticas sociais compartilhadas. Podemos compreender o território como uma grafia que combina maneiras de fazer e invenções do saber em estilos de existência diferentes uns dos outros. Revela-se, então, o território como uma experiência de relações entre sujeitos sociais em múltiplas demarcações espaço-temporais. Ou, como nos lembra Souza (2000), uma rede de relações sociais que define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade.

A relação com o território é, portanto, uma prática criativa não exclusivamente associada à produção de bens e objetos, mas também aos estilos de existência que conferem significado à vida de indivíduos e coletivos sociais. Agora podemos convocar o debate da cultura para além do seu sentido de linguagem de representações imagéticas, buscando trilhar seu entendimento como uma escrita de sujeitos sociais para a apresentação de si com o outro. Assumimos, então, o desafio de tratar a cultura como produção de significados espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, objetivos e subjetivos que caracterizam o ethos de uma sociedade ou grupo social,

implicando o reconhecimento de conflitos e contradições nos atos de apropriação e nas intencionalidades de uso do território como configuração de sociabilidades.

A relação território e cultura constitui mais do que um campo disciplinar ou intelectual, pois significa uma expressão de tensões e disputas de imaginários sobre o sentido do real. Estas se constituem como formas de linguagem de corpos, vivências, paixões e imaginações que pluralizam as concepções e percepções de horizontes de sentidos. Portanto, estamos diante de narrativas que constituem a posição ocupada e respondem pela disposição de relações dos sujeitos na cena social de construções simbólico-expressivas. E, na sequência desta construção conceitual, indicamos a possibilidade de compreensão dos sujeitos sociais a partir dos territórios forjados nas narrativas prático-sensíveis de suas existências.

Denominaremos, para um abreviamento da descrição excessivamente teórica, a apropriação prático-sensível do território como corporeidade estética. Trata-se da produção grafada de uma narrativa de si como experiência corpórea de figuração do sujeito social diante de outros diferentes e desiguais sujeitos. Na perspectiva em causa, a estética deixa de ser algo exclusivo dos objetos de arte, para assumir uma dimensão das vivências entre sujeitos e territórios, portanto, solenemente distinta da concepção recorrente de juízo do gosto (regime operador de classificações, de classificados e classificadores a definir sobre o digno de pertencer à arte bela) conferida à concepção recorrente de estética.

Vivemos os territórios como corporeidades estéticas que manifestam os significados complexos do exercício de vida. Assim, mergulhamos nossas experiências em múltiplas relações de intersubjetividade, sobretudo no atual contexto técnico científico², com sua força de transposição de fronteiras

² No atual contexto técnico-científico, os meios e os objetos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais devido à extrema intencionalidade de sua produção social e de sua localização geográfica. A energia principal do funcionamento destes meios e objetos é a informação, tornando seu controle e sua difusão um novo modo de poder. É nesta perspectiva que a ciência, a tecnologia e a informação passam a coordenar decisivamente os processos de produção, circulação e comunicação socioespaciais (Ver SANTOS, M. *Natureza do Espaço*, 2002).

espaço-temporais devido a mobilização de tecnologias de comunicação.

De fato, os meios de produção, circulação e consumo simbólico têm se expandido consideravelmente a partir da difusão de tecnologias de informação e comunicação, provocando novas condições de recepção, percepção e experimentação que anulam fronteiras físicas mais ou menos rígidas do passado. Encontros, tensões e colagens culturais passaram a fazer parte de nosso cotidiano de modo intenso e plural, tornando as fronteiras espaço-temporais cada vez mais porosas, permeáveis e não menos conflitivas (BARBOSA, 2015). É sob a égide destas novas condições de manifestação da existência que narrativas estéticas rompem clausuras e provocam fissuras, mobilizando sujeitos e atos em projetos de ser-no-mundo. Processo no qual os grupos populares urbanos ganham inserção, em especial suas juventudes:

A captura das tecnologias midiáticas por parte das camadas populares demanda um novo tipo de escuta social. O modo como o discurso da favela – do popular, portanto – vem sendo produzido é através da autogestão de processos comunicacionais, em que os modos expressivos não são apenas as ferramentas da cultura (o corpo, a camiseta, a música, o grafite, enfim, das tradições reinventadas no espaço urbano), mas também a midiatização dos diversos processos culturais. (GUSHIKEN, 2008, p. 4-5).

Então, falamos de sujeitos e práticas criativas com suas cores grafitadas, suas sonoridades multiplicadas, seus bailados de corporeidades e suas memórias figuradas em cenas de identidades em movimento, ou seja, a construção contínua de relações de intersubjetividade que inventam possibilidades outras de sociabilidade na cidade:

[...] os pobres abrem um debate novo, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e coisas já presentes, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações e novas normas de vida social (SANTOS, 2002, p. 326).

Não é sem assombro, portanto, que jovens de favelas e periferias urbanas inventam, por si mesmos, suas imagens (sonoras, visuais, tácteis) corporificadas e, com elas, movem os desafios sociopolíticos atualmente postos em nossa sociedade. A composição e a difusão de músicas, vídeos, fotografias e bailados por parte das juventudes de territórios populares são narrativas de si que ganham mobilizações muitas vezes inesperadas nas mídias virtuais, fazendo a superação de fronteiras outrora mais rígidas (pela distância física e/ou pelos poderes discricionários estabelecidos) e limitadoras de processos de comunicação e de reconhecimentos com muitos outros.

Queremos afirmar que, cada vez mais, as narrativas estéticas criadas em territórios específicos ganham, ampliam e reverberam em fluxos de cruzamento de experiências, sobretudo devido as apropriações e usos de tecnologias de comunicação. Estas passam a funcionar como dispositivos de sensibilidades, sobretudo quando são mobilizadas por jovens desapropriados das condições de autoapresentação. Sujeitos e territórios mobilizam e manejam meios de produção e comunicação desafiadores das condições discricionários de espaço/tempo para proclamarem, a seu modo, a sua inserção no movimento provocado pela nova condição de urbanidade configurada pelos meios tecnológicos³.

O processo em causa é criador de territorialidades, aqui definida como marcações móveis que se estabelecem como assinaturas autorais, estilos de produção e mobilização de subjetividades dos sujeitos. É esse o papel assumido das territorialidades como “posições de encontro” que fazem a diferença emergir como potência de mudança e disposição contrapontística aos regimes de hierarquização sociocultural. É por essa via que galeras vinculadas ao funk e ao hip hop podem reverberar seus repertórios para além das vivências territorializadas em suas comunidades de morada e alcançar encontros virtuais com outros.

³ A urbanidade é momento e meio atual de generalização da sociedade urbana, sobretudo ao estabelecer a extensão geográfica de valores, práticas, expectativas e perspectivas a partir de referências da vida urbana. Isto implica conceber o espaço urbano contemporâneo como uma experiência comunicacional, para além de seus atributos e conteúdos de forma e função objetivas e materiais.

Isto não significa concluir que os laços de identidade não se manifestam na convivência em territórios de pertença. Ou afirmar que as relações entre sujeitos e seus territórios se esfumam ou se liquidificam no nomadismo errante de signos autoreferentes. Embora os significados dos laços entre sujeitos e territórios não sejam mais marcados pela unicidade de concepções e de práticas socializadas, as relações de enlace são construídas e se renovam com a multiplicidade de trocas simbólicas realizadas em territorialidades cada vez mais diferenciadas.

Os ambientes virtuais passam a configurar territorialidades de coapresentação e coexistência para multiplicação de narrativas sensíveis e não exclusivamente para aceleração do consumo de sensações e banalização de individualismos. Estamos diante de tensões de recodificação de autores e reconfiguração de conteúdos nas mídias virtuais, fazendo desta um campo de disputas de imaginários.

Para Canevacci (2009), as representações plurais inovam a comunicação digital justamente porque são compostas por sujeitos que refletem de dentro de suas próprias culturas. Todavia, esta inovação da comunicação só se faz possível devido aos sujeitos que criam culturas a partir de seus territórios de existência, isso porque mobilizam experiências inscritas no cotidiano de construção de seus atos simbólico-expressivos. O sentido de “dentro da cultura” deve ser traduzido como corporeidade estética em encontros presenciais e virtuais de afirmação de pertenças, cujo fundamento é a vivência de apropriação e uso do território. Desse modo, os conteúdos de downloads e uploads podem ser tomados como materiais fundamentais para compreender os repertórios manejados pelos jovens, suas vontades de potência na cena pública e sua condição de ser no/do mundo.

As mídias virtuais assumem, então, a condição contraditória de provocar espetáculos de sensações para o consumo e de serem fissuradas por atos de jovens que exercitam suas potências. A partir destes cenários de conflitividades adentramos ao debate da cibercultura e suas relações com sujeitos e territórios, especialmente com os jovens de favelas e periferias urbanas brasileiras.

Sujeitos e territorialidades: desafios ao compartilhamento de práticas socioculturais em redes sociais

As redes sociais não nasceram com a internet ou com a era digital. Elas se fizeram presentes na construção humana. Na história da Humanidade, elas são o fundamento da sociabilidade, a essência das interações entre pessoas e das trocas de bens materiais e simbólicos. Aditivadas pelos avanços tecnológicos nas comunicações e nos transportes, no quadro socioespacial comumente identificado como Globalização, essas trocas econômicas e culturais passaram a ocorrer em escala planetária, extrapolando os limites espaço-temporais até então conhecíamos. As redes transformadoras do nosso cotidiano – mais propriamente identificadas como redes sociotécnicas – são as redes sociais, agora inter/mediadas pelas técnicas do tempo presente⁴.

As redes e tecnologias digitais de informação e comunicação vêm transbordando por todos os terrenos do cotidiano, construindo um novo campo de disputa política e cultural, como assegura Pais (2006): os jogos informáticos proporcionam uma desrealização do real, mas também concretização de novas vivências da realidade.

A apropriação e o uso de tecnologias de informação e de comunicação afirmam a visibilidade do jovem de origem popular, geralmente estigmatizado e desconhecido na cidade. Esse processo significa, por outro lado, uma possibilidade formidável de ampliação de sua experiência de tempo/espaço, uma vez que sua mobilidade urbana é reduzida e constrangida por situações econômicas, sociais e raciais (BARBOSA; DIAS, 2013).

Não se deve desconsiderar o chamado mundo internauta como um ambiente contraditório e conflitivo de expressões socioculturais e marcações político-ideológicas. Disposições ingênuas do senso comum jamais ocultarão as formas de controle

⁴ As técnicas têm forte influência na formação de novos comportamentos e novas culturas. Todavia, não é possível admitir-se que esta mesma técnica tenha ganho desenvolvimento fora do contexto das transformações nas relações humanas que a presidem.

e as relações de poder que permeiam as plataformas das redes digitais por parte de Estados, agências e empresas. Todavia organizações da sociedade, coletivos e indivíduos também possuem registros multiplicados e dispositivos mobilizados, criando modos e meios de informar e comunicar, inclusive na direção de horizontes mais generosos de expressão e diálogo, de produção de significados e intersubjetividades, de circulação e mobilização de narrativas plurais, de acesso ao conhecimento e de valorização da colaboração entre sujeitos sociais e territórios.

Lévy (1999) registrou a emergência de uma nova cultura e sinalizava sua potência transformadora de amplo espectro: “longe de ser uma subcultura dos fanáticos pela rede, a cibercultura expressa uma mutação fundamental da própria essência da cultura”. Trata-se, segundo o autor, de um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com as tecnologias de informação e comunicação.

Na mesma perspectiva, o sociólogo catalão Manuel Castells (1999b) chamava a atenção para a interferência das mudanças tecnológicas nas estruturas sociais e nos diversos campos das relações humanas. Para este autor, integramos uma estrutura social construída em torno de (mas não determinada por) redes digitais globais de comunicação, contexto que incide diretamente sobre o processo de formação e exercício das relações de poder, especialmente no campo da cultura. Como nos alertou Castells:

Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo da nossa cultura. Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos, são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (1999b, p.414).

No século XX se fez dominante o modelo comunicacional de broadcast, no qual um emissor único transmite suas mensagens para um grande número de receptores, como acontece no rádio, na televisão e nos jornais. Um modelo no qual “um” fala para “muitos”. Na virada do milênio, no entanto, a popularização da

internet, do correio eletrônico, dos blogs e das comunidades virtuais propiciou a descentralização da emissão de mensagens, permitindo que “muitos” pudessem falar para “muitos” – o que certamente não é pouco:

A internet é um espaço privilegiado para a mobilização e para as lutas sociais contemporâneas, em função de sua capacitação de agregação de pessoas em diferentes pontos do planeta em torno de uma causa comum, local, transnacional ou global. É na própria internet que se desenvolvem, também, os debates e militâncias sobre o seu futuro (COSTA, 2011, p.110).

Sob esse novo contexto comunicacional, também fortemente dinamizado pela popularização dos aparelhos celulares – que logo agregaram recursos digitais à produção e troca de textos, fotografias, músicas e vídeos – e mais ainda pelas tecnologias móveis. Os leitores passivos da comunicação de massas tornaram-se capazes de prover suas próprias narrativas e, colocá-las, eles mesmos, em circulação. Configura-se, assim, um novo universo de pontos de vista, versões, linguagens, repertórios culturais, experiências afetivas, existenciais e estéticas, agora com outras vozes, cores, sotaques de diferentes territórios que ganham cenas de envolvimento em/com dispositivos de comunicação:

A mediação digital remodela certas atividades cognitivas fundamentais que envolvem a linguagem, a sensibilidade, o conhecimento e a imaginação inventiva. A escrita, a leitura, a escuta, o jogo e a composição musical, a visão e a elaboração das imagens, a concepção, a perícia, o ensino e o aprendizado, reestruturados por dispositivos técnicos inéditos, estão ingressando em novas configurações sociais. (LÉVY, 1998, p.17).

As novas práticas, atitudes, modos de pensar e valores que se desenvolvem nesse contexto informacional transcendem, em muito, sua infraestrutura tecnológica material, para mobilizar novas experiências territoriais e, no seu desdobramento de realização, a construção de territorialidades de diferentes

manifestações de existências de sujeitos sociais. Emergem, assim, marcações de pertencimentos para proclamar outras existências e outros territórios contrapontísticos ao regime hegemônico de representações.

As redes horizontais de produção de informação configuram um poder de comunicação que até então estava concentrado apenas nas grandes corporações de mídia. Cidadãos até então destinados à “invisibilidade social” ousam circular invenções e repertórios que ultrapassam as práticas culturais hegemônicas da cidade. “A rua encontra seus próprios usos para as coisas”, como registra William Gibson em “Burning Chrome”, seu conto cyberpunk publicado em 1982.

A comunicação livre e horizontal, de muitos para muitos, configura essas redes como instrumentos de ação coletiva e construção de significado, envolvendo territórios e territorialidades em rede. Vivenciamos, assim, a complexificação das relações mediadas pela tecnologia e a ressignificação da experiência coletiva – e da própria esfera pública – através de novos modos de comunicação em territorialidades intersubjetivas e comunitárias. É nesta perspectiva que as redes sociotécnicas contribuem para superar os limites dos sistemas informáticos comunicacionais e ganham amplitude na vida cotidiana dos sujeitos, projetando-os em outro lugar social (MENDONÇA e CASTRO, 1999, p. 158).

Desenvolvendo formas de organização social através da mediação tecnológica de comunicação, as redes contemporâneas possibilitam a emergência de novas tipologias de laços comunitários, ilustrados pelas comunidades no Facebook e pelos canais no YouTube, ao lado de processos de baixo para cima constituintes de uma instância política alternativa (COSTA e AGOSTINI, 2014, p.6).

Para a disputa de narrativas em ambientes virtuais em curso, Castells (2007) denominou de “auto-comunicação de massas”: uma forma de comunicação específica da sociedade informacional, centrada na articulação de redes horizontais de produção de mensagens e de conhecimento. A capacidade de desenvolver formas de auto-comunicação de massa e de construir redes configuram, para o autor, uma nova capacidade dos atores